

NOTA DOS SERVIDORES DO INCRA ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA O ACAMPAMENTO EMILIANO ZAPATA EM SÃO PEDRO DA ALDEIA

No dia 08/07/2020 fomos surpreendidos com a notícia de que o trabalhador rural conhecido como Mineiro foi assassinado no acampamento Emiliano Zapata em São Pedro da Aldeia/RJ, após longo histórico de ameaças, intimidações e violências praticadas pelo pretenso proprietário da Fazenda Negreiros contra as famílias acampadas.

Esse assassinato reflete o ciclo de violência alimentado pela injusta estrutura agrária do Brasil, onde 1% dos proprietários concentram 47,6% das terras, de acordo como o Censo Agropecuário divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em 2019.

O relatório anual de conflitos no campo da Comissão Pastoral da Terra – CPT¹ informa que no ano de 2019 foram registradas 1.254 ocorrências de conflitos, um aumento de 12% em relação ao ano de 2018 e o maior número da série histórica, que teve início em 1985.

A explosão de violência contra trabalhadores do campo tem respaldo no discurso de membros do atual governo que promove a hostilidade contra os trabalhadores sem terras, os povos indígenas e as populações quilombolas.

Esse discurso se materializa no aparelhamento político-ideológico do Estado, na precarização e esvaziamento das atribuições de órgãos públicos e na formulação de leis e instrumentos normativos como a MP 910/19, substituída pelo PL 2.633/20, que pretende flexibilizar os critérios para a regularização fundiária, favorecendo a grilagem de terras e a violência contra camponeses e outras populações vulneráveis do campo.

Um dos aspectos do esvaziamento das atribuições dos órgãos públicos é o estrangulamento orçamentário utilizado pelo governo para aniquilar o Estado Social prestador de políticas públicas. No caso do INCRA, a previsão de empenho no orçamento global / geral de 2020 é de apenas 66,6 por cento do valor previsto em 2000, ano em que o órgão teve o menor orçamento dos últimos 20 anos.

Além disso, nos dias atuais, o INCRA tem seu quadro de pessoal reduzido a um terço dos servidores que tinha na sua criação, em 1970, sendo que grande parte em processo de aposentadoria, trabalhando em ambientes inadequados e até insalubres, sem acordo de reposição de perdas salariais desde o ano de 2012 e, em muitos casos, submetidos a chefias e indicados políticos que usam o assédio moral como método de gestão.

1 <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14195-conflitos-no-campo-brasil-2019-web?Itemid=0>

Em escala inversa à redução orçamentária e da força de trabalho, o quantitativo de Projetos de Assentamento aumentou exponencialmente, além de terem sido incluídos nas atribuições da autarquia o atendimento às demandas territoriais das populações quilombolas e o atendimento às comunidades tradicionais com territórios reconhecidos pelo ICMBio, estimando-se uma demanda de atendimento direto pelo órgão em cerca de 10 milhões de pessoas – entre assentados, acampados, quilombolas, ribeirinhos, moradores de reservas extrativistas.

Coerente com o discurso político do atual governo federal, o INCRA abandonou as políticas de Reforma Agrária (ações que envolvem a fiscalização da função social da propriedade, a mediação de conflitos agrários, a identificação de demandas por assentamento de famílias, a criação e desenvolvimento de assentamentos, etc.) e vem direcionando recursos para duas ações: a regularização fundiária com foco na Amazônia e a emissão de instrumentos de titulação em projetos de assentamento. A regularização fundiária com foco na Amazônia visa atender demanda de setores políticos ligados à grilagem de terras e à pilhagem de recursos naturais, já a emissão de instrumentos de titulação com vistas à consolidação acelerada de assentamentos sem a integralização das políticas de desenvolvimento, atende a demanda da especulação imobiliária e resultará em retorno das áreas reformadas ao mercado, conseqüentemente ampliando a reconcentração fundiária como já se observa em muitos assentamentos.

Nesse contexto, a ausência do Estado se converte em aliada da violência seja por omissão, negligência ou por uma política deliberada de atendimento aos interesses políticos e econômicos hostis aos trabalhadores rurais e aos povos do campo.

Por isso nós, servidores do INCRA, lamentamos profundamente o assassinato de mais um trabalhador rural pelo latifúndio, nos solidarizamos à família do trabalhador Carlos Augusto Gomes e nos somamos às organizações camponesas e de defesa dos direitos humanos para exigir justiça e que o governo federal/INCRA assuma suas responsabilidades cumprindo os mandamentos da Constituição da República e garantindo a execução das políticas de reforma agrária e assentamento de famílias, condição indispensável para garantir a paz com justiça social no campo.

Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2020